

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.348 - SP  
(2019/0081946-4)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
EMBARGANTE : TRANSPORTES BENATTI LTDA  
ADVOGADOS : MARCOS AURELIO RIBEIRO - SP022974  
BRUNA DI RENZO SOUSA BELO E OUTRO(S) - SP296680  
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

## DECISÃO

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. DESTINAÇÃO DO DEPÓSITO JUDICIAL QUE DEVE SER FIXADA PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA EMPRESA REJEITADOS.*

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por TRANSPORTES BENATTI LTDA. contra decisão monocrática de minha lavra, assim ementada:

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL CONTRA DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ. COMPROVAÇÃO POSTERIOR DE FERIADO LOCAL. POSSIBILIDADE NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO BUZAID. INTEMPESTIVIDADE AFASTADA. DECISÃO MONOCRÁTICA DE FLS. 236/237. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E OFENSA AO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA JUDICIAL NÃO CARACTERIZADAS. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. DISCUSSÃO DO VALOR DO DÉBITO TRIBUTÁRIO. DESCABIMENTO DA VIA ELEITA. ACÓRDÃO DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO STJ. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL DA EMPRESA DESPROVIDO.*

2. Alega que pretende obter a manifestação expressa do Eminente Ministro Relator sobre a destinação do valor depositado e que se encontra à disposição do D. Juízo definindo sobre sua conversão em renda da União ou se deverá ser levantado pela embargante (fls. 290).

3. Sem impugnação (fls. 297).

4. É o relatório.

5. O art. 1.022 do Código Fux - CPC/2015 - (art. 535 do CPC/1973) é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração; trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão.

6. Destarte, infere-se que, não obstante pacífica a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do *decisum* em casos justamente nos quais eivado de obscuridade, contradição ou omissão; não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, é dizer, o condão de alterar, livre e substancialmente, o decisório em seu dispositivo, mas aclaratório ou integrativo, daí não sendo seu processamento norteado pelos princípios do contraditório e da igualdade.

7. Com efeito, os Embargos de Declaração não podem ser utilizados com a finalidade de sustentar eventual incorreção do *decisum* hostilizado ou de propiciar novo exame da própria questão de fundo, em ordem a viabilizar, em sede processual inadequada, a desconstituição de ato judicial regularmente proferido.

8. Ressalte-se, por oportuno, que esta Corte admite a atribuição de efeitos infringentes a Embargos de Declaração apenas quando o reconhecimento da existência de eventual omissão, contradição ou obscuridade acarretar, invariavelmente, a modificação do julgado, o que não se verifica na hipótese em tela.

9. No caso, a parte embargante alega omissão na decisão embargada com relação à destinação do depósito efetuado na origem.

10. Contudo, tal questão não cabe a esta Corte Superior, pois eventual levantamento do depósito judicial ou conversão em renda a favor da União deve ser dirimido perante o Juízo de 1o. Grau, notadamente quando não foi objeto de debate perante a Instância Ordinária. Precedente: EDcl na DESIS nos EDcl no AgRg no REsp. 827.819/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 23.9.2010.

# Superior Tribunal de Justiça

11. Por fim, a decisão embargada foi clara ao afirmar o não cabimento da ação consignatória, pois *a discordância com o montante exigido enseja ingressar com ação ordinária e, ao efeito de suspender a exigibilidade do crédito, efetuar o depósito do montante total para que, procedente a ação, seja convertido em renda tão só o efetivamente devido*. Como se vê, a conversão em renda referida não diz respeito a presente ação de consignação - gize-se incabível -, mas a eventual procedência de ação ordinária.

12. Ante o exposto, rejeitam-se os Embargos de Declaração da Empresa.

13. Publique-se.

14. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR